

Desigualdades sociorraciais em São Paulo - a inclusão de estudantes negros e moradores das periferias na universidade: expectativas e conflitos

Maura Pardini Bicudo Vêras¹

Rogério Tineu²

Resumo

Reconhecendo o racismo na sociedade brasileira, procurou-se identificar as expectativas de vida e os conflitos vivenciados por jovens negros estudantes de instituições privadas de ensino superior e moradores dos bairros periféricos da cidade de São Paulo. Buscou-se analisar como problema sociológico a desigualdade socioespacial e racial, objetivando desvendar as conexões com a educação superior e políticas afirmativas. O referencial teórico aborda desigualdade, segregação urbana e políticas inclusivas na educação. Com metodologia quali-quantitativa, a análise dos dados permitiu comparar o perfil amostral dos estudantes nas instituições, populares e elitizadas, e que reconhecem sofrer racismo, mas percebem que a inclusão desenvolveu a consciência da intersecção entre raça e classe, sentem orgulho de suas origens e reconhecem a luta cotidiana por direitos.

Palavras-chave: cidade de São Paulo; desigualdade socioespacial e racial; ensino superior; inclusão; racismo.

Socio-racial inequalities in São Paulo - the inclusion of black students and residents of the outskirts of the city in the university: expectations and conflicts

Abstract

Recognizing racism in Brazilian society, we sought to identify the life expectations and conflicts experienced by young black students in private higher education institutions and residents of peripheral neighborhoods in the city of São Paulo. We sought to analyze socio-spatial and racial inequality as a sociological problem, aiming to uncover the connections with higher education and affirmative action policies. The theoretical framework addresses inequality, urban segregation, and inclusive policies in education. Using a qualitative and quantitative methodology, data analysis allowed us to compare the sample profile of students in popular and elite institutions who acknowledge suffering racism but realize that inclusion has developed awareness of the intersection between race and class, are proud of their origins, and recognize the daily struggle for rights.

Keywords: city of São Paulo; socio-spatial and racial inequality; university education; inclusion; racism.

¹ Doutora e Livre Docente em Ciências Sociais. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP. Coordenadora do NEUR-Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas-CNPq-PUC-SP. E-mail: mauraveras9@gmail.com - ORCID iD: <https://orcid.org/000-003-3927-6787>.

² Doutor em Ciências Sociais pela PUC SP, professor da Universidade de Mogi das cruzeiras e pesquisador do NEPUR-Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas -PUC S. E-mail: rogeriotineu@gmail.com - ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0634-4176>.

Desigualdades socioraciales en São Paulo - la inclusión de estudiantes negros y residentes de áreas periféricas en la universidad: expectativas y conflictos

Resumen

Reconociendo el racismo en la sociedad brasileña, buscamos identificar las expectativas de vida y los conflictos vividos por jóvenes estudiantes negros de instituciones privadas de educación superior y residentes de barrios periféricos de la ciudad de São Paulo. Buscamos analizar la desigualdad socioespacial y racial como un problema sociológico, con el objetivo de descubrir conexiones con la educación superior y las políticas afirmativas. El marco teórico aborda la desigualdad, la segregación urbana y las políticas inclusivas en educación. Con metodología cualitativa y cuantitativa, el análisis de datos permitió comparar el perfil muestral de estudiantes de instituciones, populares y de élite, y que reconocen que padecen racismo, pero se dan cuenta de que la inclusión les ha desarrollado conciencia de la intersección entre raza y clase, se sienten orgullosos de su orígenes y reconocer la lucha diaria por los derechos.

Palabras clave: *ciudad de São Paulo; desigualdad socio espacial y racial; enseñanza superior; inclusión; racismo.*

1 INTRODUÇÃO

Este estudo está radicado em dois aportes: de um lado, serve-se das reflexões acumuladas sobre o tema do racismo presente em diversas circunstâncias, direta ou indiretamente, em pesquisas sobre o direito à cidade no Brasil, ao longo de anos de investigação e de orientação; de outro lado, aprofunda o tema, agora relacionado às oportunidades abertas no ensino superior, centrado no estudo das expectativas de vida, dos conflitos e das contradições sociais oriundas do racismo e da segregação socioespacial vivenciada pela população negra da cidade de São Paulo. Em especial, a atenção se volta ao jovem negro universitário, estudante de instituições privadas de ensino superior e morador de bairros periféricos.

A cidade de São Paulo apresenta-se cindida, de forma esquematizada, com um setor rico, composto preponderantemente por indivíduos brancos, localizado na porção sudoeste do município e que desenvolve o papel de centro dinâmico econômico e social (Villaça, 2011). Ao redor desse centro, em quase um suceder de camadas, em direção às áreas desequipadas, vive uma população composta na sua maioria por indivíduos pobres e com grande presença de negros (D'Andrea, 2020). Dessa cisão sociourbana, denota-se a questão da intersecção entre raça e classe, gênero, origem nacional, enfim, a produção do outro e do diferente (Collins; Bilgen, 2020).

No que se refere à segregação sociorracial, resgata-se a configuração cartográfica realizada por diversos autores, alguns deles desenvolvidos no conjunto dos debates do NEPUR¹, tais como Silva (2006) e Oliveira (2016, 2018) em que se demonstra a inequívoca relegação de negros para as regiões periféricas e desequipadas da capital paulistana. Uma cidade que em 2022 apresentou uma população de 11.459.999 habitantes (IBGE, Censo Demográfico) e que representa centro global de culturas, negócios, grande concentração de serviços ligados aos países do mundo todo, embora apresentando, desde os primórdios, grande desigualdade social. Em relação à população negra, desde que o ciclo do café reestruturou a cidade, o negro liberto, após abolição, foi sendo segregado para lugares longínquos e, mesmo que próximos das áreas ricas, sempre distantes das hierarquias dominantes (Rolnik, 1997; Hasenbalg, 2005; Oliveira, 2016, 2018).

Mesmo que iniciativas e ações dos movimentos negros tenham alcançado algumas conquistas, como a Lei 10.639/2003, o Estatuto da Igualdade Racial, o Programa Nacional de Saúde Integral da População Negra, já nos inícios do século XXI, muitas políticas públicas e planos urbanísticos ainda não contemplam a questão da segregação dos negros na cidade, como apontaram Maricato (2002), Vargas (2013, 2014), Cunha Júnior (2016), Véras (2023).

A liderança que o município de São Paulo exerce na rede urbana brasileira é reconhecida e deve-se, breve e historicamente, à sua condição inicial de exportador do café e depois de centro industrial, função que condicionou fortemente a natureza de seu processo de urbanização. Raquel Rolnik lembra que “em menos de 30 anos, São Paulo passa de cidade/entrepasto comercial de pouca importância no país escravocrata para cidade-vanguarda da produção industrial” (Rolnik, 1988, p. 95), e foi junto dessa passagem que, também, ocorreram mudanças sociais significativas, fazendo com que o Estado se transformasse de um “Estado Imperial escravocrata” para uma “República do trabalho assalariado”. E durante longo tempo de sua urbanização assistiu à expulsão dos negros para regiões cada vez mais desequipadas, pela distribuição de renda-trabalho, pelos custos da terra e moradia, por desigualdades socioeconômicas em geral. A mesma autora apontava em 1980 que a Brasilândia era a África paulistana (Rolnik, 1989), situação que se ampliou no século XXI expandindo para outros distritos mais ao sul, como Jardim Ângela, Grajaú, Parelheiros, Cidade Tiradentes e outros (Oliveira, 2016). Na porção sudoeste de

São Paulo, a presença negra mal chega a 10% de sua população residente, enquanto em Jardim Ângela é de 60,1%, nos dados estimados de 2021 pela Rede Nossa São Paulo chamando a atenção para o “desigualtômetro” (Mapa 1), o que se pode visualizar por diversas análises efetuadas.

Em 2021, a Rede Nossa São Paulo trouxe a citada cartografia da presença de pretos e pardos nos distritos da cidade, notadamente periféricos, o que se confirmou pelo Censo Demográfico de 2022 (IBGE), e também ocorreu para a região metropolitana. Nesta região, a distribuição de cor nesse recenseamento apontou que os chamados municípios-dormitórios, ou seja, aqueles que oferecem a seus habitantes apenas residência (em geral, de moradias precárias) e não oportunidades de ocupação e emprego, têm apresentado altos percentuais de moradores pretos e pardos. Tais cidades chegam a ter mais de 60% de residentes negros, como é o caso de Francisco Morato, Itapevi, Embu das Artes e outros. Criam-se, pois, condições de um ciclo perverso: o território da precariedade atrai segmentos de baixos perfis de qualificação profissional e renda trabalho, e tal situação dificulta que consigam progredir em sua inserção econômica e social. Como nos diz Oliveira (2018, p.195): “A localização socioespacial, etnia, raça e gênero exercem forte influência na composição do rendimento nominal médio mensal de brancos e negros, especialmente para a população negra”, de modo que se condicionam mutuamente tais fatores, a baixa possibilidade de inserção laboral qualificada, empurrando para áreas desprovidas de equipamentos e serviços e, por sua vez, tais lugares dificultam a inserção de empregos de melhores rendimentos.

De certo modo, reafirma-se a leitura de Villaça (2011) de que a porção sudoeste da cidade, em que a Figura 1, a seguir, apresenta as cores mais claras, sugerindo a menor presença de negros, é a mais bem servida de equipamentos de educação, saúde, lazer e de empregos qualificados e onde estão as mais altas rendas da cidade. E em 2024 a mesma fonte publica novamente o mapa, sem que haja alterações significativas.

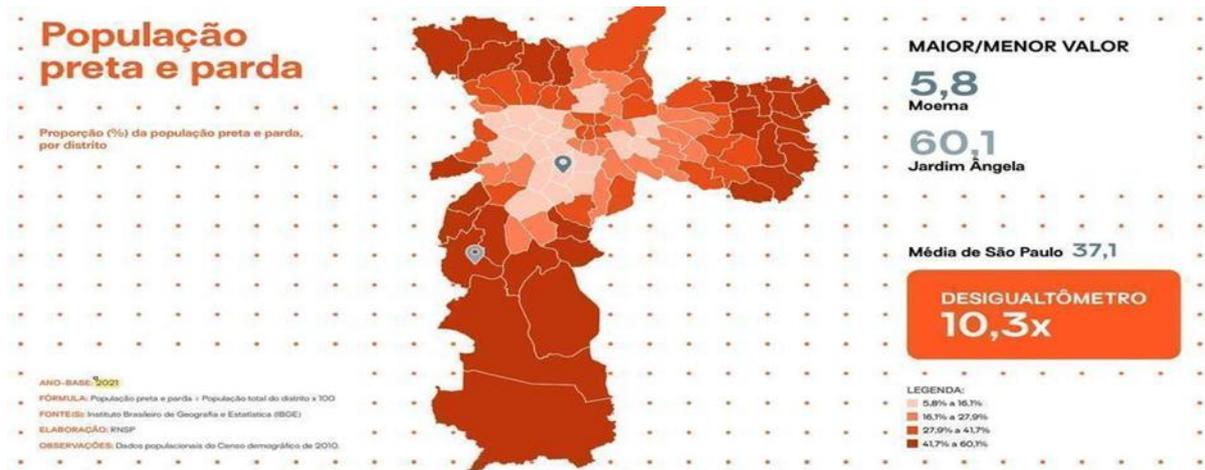


Figura 1 - População preta e parda na capital paulista
Foto: Divulgação/Mapa da Desigualdade-Rede Nossa São Paulo, 2021.

Esse é o cenário de grave e persistente segregação sociorracial da cidade de São Paulo, aqui brevemente delineado para demonstrar o quanto o racismo na sociedade brasileira vai influir na questão educacional, como justificativa do tema selecionado neste trabalho, uma vez que envolve um estudo das diferentes manifestações da desigualdade de oportunidades sociais e urbanas.

O presente artigo se estrutura, além desta introdução e das considerações finais, em três partes. Iniciando com a contextualização e referencial teórico, seguem-se as explicações metodológicas e reflexões sobre o ensino superior privado, especialmente em São Paulo e, como terceiro ponto, a análise dos resultados da pesquisa de doutorado realizada visando aprofundar este lado controverso das “políticas de inclusão” de jovens negros nas universidades de direito privado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Racismo

A questão do racismo na sociedade brasileira tem sido enfocada por inúmeros autores. Mesmo sem pretender realizar um exaustivo debate sobre o tema, incompatível com os limites do presente artigo, é indispensável citar alguns marcos conceituais e históricos dessa discussão, iniciando com a obra do autor pernambucano Gilberto Freyre, datado de 1933 (Casa Grande e Senzala, 1975). Ao exaltar as qualidades miscigenadoras

do colonizador português, Freyre acaba por caracterizar como ameno o tratamento dado ao escravizado negro, comparado ao de outros colonizadores, trazendo uma ideia posteriormente identificada como “democracia racial”.

Tal interpretação foi amplamente contestada por muitos outros autores, mas é destaque a abordagem marxista do trabalho de Florestan Fernandes, nos anos 1960 (A integração do negro na sociedade de classes, 2008) quando analisa o legado e o problema da escravização e do feitio de sua extinção no Brasil. Resgata esse autor o processo da abolição, ocorrido de forma abrupta e cruel para com esses trabalhadores, então não reconhecidos em sua humanidade e em seus direitos, enfrentando dificuldades de se inserirem na sociedade salarial. Entregues à própria sorte, os ex-escravizados não contaram com políticas públicas inclusivas e viveram diversos episódios ligados ao racismo e discriminação, apontados por Fernandes (2008). Muitos outros estudos são referência além dos dois marcos aqui citados (Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Guerreiro Ramos, Kabengele Munanga, Carlos Hasenbalg, Jessé Souza) e os recentes Lelia Gonzalez, Djamila Ribeiro, e outros, já com abordagens interseccionais, combinando eixos analíticos de raça, gênero, classe social e diversos enfoques.

É com a abordagem do enfrentamento do outro e do diferente que se localiza esta pesquisa, no espaço de luta do jovem negro universitário oriundo da periferia da cidade de São Paulo. Enquanto objeto de estudo, o jovem pobre, negro, morador da periferia é uma construção social e econômica determinada pela reprodução do subdesenvolvimento como contradição ao processo de acumulação do modo de produção capitalista que determina e impõe qual o lugar social da população negra, pobre e no espaço urbano da metrópole.

Cabe destacar que o termo “raça” é empregado neste trabalho não sob a perspectiva biológica, mas no sentido sociológico, político e ideológico. Como ensina Munanga (2000), o conceito de raça é carregado de ideologia, pois esconde algo não dito, não proclamado e que se configura pela relação de poder e de dominação. Este autor (2000) afirma que a maioria dos pesquisadores brasileiros que atua na área das relações raciais emprega o conceito de raça não à realidade biológica dos indivíduos, pois o fenômeno do racismo continua a se basear em crenças hierarquizadas. Procura-se aqui seguir a recomendação de Munanga (2000, p. 30) em seus trabalhos, que ao invés de usar os conceitos “raça negra” e “raça branca”, utiliza “Negros”, “Branços”, “População

Negra” e “População Branca”, sempre no sentido sociológico e político-ideológico.

Para Schwarz (2012, p. 34), raça é uma categoria classificatória

[...] que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais – assim como o são fantasias, mitos e ideologias – como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas.

No que se refere ao ensino superior, ele mesmo objeto de estudos sobre as contradições sociorraciais de nosso país, a coletânea organizada por Arretche (2015) propõe analisá-lo nas trajetórias das desigualdades brasileiras de 1960 a 2010. Nesse período de cinquenta anos, segundo alguns autores, houve expressivo aumento da participação de pardos, pretos e de mulheres na vida universitária (sobretudo mulheres com maior sucesso nesse quesito), mas mantendo desnível nas carreiras profissionais. Ademais, a racialização pesou no ingresso à universidade, pois continuou restringindo o amplo acesso de pretos e pardos; constatou-se, portanto, que negros “têm menores chances de ingressar no ensino superior, e quando conseguem, o fazem nas profissões de menor prestígio” (Arretche, 2015, p. 13). E focando a relação entre desigualdades raciais e desempenhos econômicos e sociais, Lima e Prates (2015) também afirmaram que, apesar da ampliação das taxas de escolarização no período, havia, em 2010, expressiva distância entre brancos e não brancos, e trajetórias similares entre pretos e pardos. Assim, ainda nesse ano havia uma somatória de desvantagens superpostas entre renda e cor, em que pobres e negros tinham mais dificuldades ao atingir o nível superior de ensino do que brancos pobres. Dessa forma, se a universidade brasileira deixou de ser exclusivamente branca, os não brancos ainda participam de forma minoritária nas salas de aula, sofrendo influência das diferentes e precárias situações familiares.

Das alternativas que se vislumbram para os jovens, em geral, quando concluído o ensino médio, estão: exclusivamente trabalhar, ou trabalhar e fazer o ensino superior concomitantemente, ou apenas estudar, contando com o apoio financeiro da família. No caso dos jovens negros, a maior proporção está na opção apenas trabalhar; depois, em pequena escala, a conjugação trabalho e ensino superior. Nesse caso vê-se a importância das políticas afirmativas para a manutenção de estudantes negros no ensino superior e as cotas de bolsas, inclusive na pós-graduação.

O aumento de negros no ensino superior, contudo, deve ser visto como o início de um processo. Registre-se também, que esses estudantes negros de graduação estão, em grande parte, nas universidades de direito privado. Em 2010 eram 21,8%, frente a maioria branca (75,0%), nos dados citados por Oliveira (2018); em parte pela seletividade de acesso das instituições públicas, vagas restritas, com vestibulares mais competitivos, por exemplo, e em parte pelas ações afirmativas já citadas. Segundo Oliveira: “nas universidades públicas a meritocracia garante mais de 90% das vagas nos cursos mais concorridos para estudantes brancos das classes média e alta” (2018, p. 204).

Cabe aqui um oportuno comentário de Milton Santos (2006) sobre a situação descrita, em documentário sobre a globalização “vista pelo lado de cá”:

Eu creio que é muito difícil ser negro e ser intelectual no Brasil. É difícil ser negro porque fora das situações de evidência, o cotidiano é sempre muito pesado para o negro. É difícil ser intelectual porque não faz parte da cultura nacional ouvir tranquilamente uma palavra crítica (*Apud* Oliveira, 2018, p. 205).

2.2 Justificativa e notas metodológicas. O ensino superior privado

Justifica-se, pois, o interesse deste artigo com base na pesquisa que analisou as dificuldades no convívio universitário e social de jovens universitários negros em São Paulo.

Com base empírica em pesquisa de doutorado, o trabalho investiga as expectativas, conflitos e contradições vividas pelo jovem negro universitário morador da periferia da cidade de São Paulo e que estuda em instituições privadas de ensino superior. Como visto, essas instituições de ensino receberam nos últimos anos uma grande parcela dos alunos negros. Esse processo ocorreu, em primeiro lugar, pelo crescimento do ensino superior, que se deu pela aprovação de leis que transferiram para o setor privado a expansão do número de vagas e do número de instituições de ensino superior, tendo como origem a LDB de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - 9.394/96). Em segundo lugar, pela adoção de um conjunto de políticas públicas a partir do ano de 2003, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), entre outras².

O estudante negro, por viver em condições de desigualdade socioeconômica e segregação espacial, vê a universidade como oportunidade de mobilidade social ao criar

possíveis pontes e laços de relacionamento para fora da periferia, seja na própria universidade, ou no mundo do trabalho. Esse processo acaba por gerar um novo perfil de jovem negro morador da periferia. Concomitantemente a essa direção ascendente, surgem conflitos e contradições, já que, em função da sua nova condição social, o estudante passa a circular e fazer parte de espaços sociais predominantemente de brancos, naquilo que é chamado de cidade do terciário avançado, ou a porção mais rica e conectada globalmente de São Paulo. Do ponto de vista do pertencimento e inclusão urbanos, a universidade vem desempenhar um papel importante ao sentimento de conhecer e pertencer à cidade como um todo e não somente ao bairro em que moram.

O estudo empírico sobre estudantes universitários orientou-se por meio de duas perguntas que se comportam como eixos norteadores: Será que a universidade, por um lado, ao amplificar a consciência racial e as expectativas socioeconômicas de um futuro possível de conquistas econômicas, por outro lado, acaba por desmascarar os conflitos e tensões sociorraciais? O jovem negro da periferia ao inserir-se no mundo tradicionalmente de brancos, como é a universidade, sente-se discriminado ou se percebe estigmatizado?

A coleta de dados deu-se por meio da aplicação de questionário composto de perguntas abertas e fechadas de vários tipos: dicotômicas, de múltipla escolha e em escala como o item Likert³. Foi aplicado um total de 230 questionários e 225 foram validados. A coleta de dados ocorreu entre maio e dezembro de 2017. No período citado, os 230 questionários foram aplicados aos alunos que se declararam negros em diversas instituições privadas de ensino superior da cidade de São Paulo e em cursos variados, a saber: Unicid, Unicsul, Unip, Unisa, Unib, Uninove, Belas Artes de São Paulo, Cásper Líbero, PUC-SP e ESPM.

Cursos de graduação: Administração, Arquitetura, Biomedicina, Ciências Contábeis, Computação, Comunicação Social, Design, Direito, Enfermagem, Engenharia, História, Pedagogia, Química, Relações Internacionais e Serviço Social.

O questionário é composto por 42 questões e dividido em duas partes. A primeira é composta por 20 perguntas fechadas que têm o objetivo de identificar o perfil socioeconômico dos respondentes e a segunda é composta por 22 questões no formato da escala Likert para identificar a concordância ou discordância do respondente nas

questões relativas ao racismo, consciência racial e social, sentimento de pertencimento, dominação ideológica e expectativas futuras.

As universidades Unicid, Unicsul, Unip, Unisa, Unib e Uninove possuem características similares por praticarem preços relativamente baixos nas suas mensalidades, com foco nos públicos de classes socioeconômicas menos favorecidas e moradores da periferia da metrópole paulista, algumas delas instaladas em bairros dessa região. Para o outro grupo de universidades, Belas Artes, Cásper Líbero, PUC-SP e ESPM, a situação é inversa. As mensalidades dos cursos são bem mais elevadas, o que serve como fator seletivo em função da renda dos indivíduos. A localização urbana é mais central e em locais valorizados.

Na comparação desses dois grupos de IES, foram identificadas duas subamostras, que ensejaram análises específicas, conforme descrito mais à frente neste artigo.

3 A EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NO ENSINO SUPERIOR

De forma geral, mas muito especialmente, o ensino superior classifica-se como uma das condições para a redução das consequências da segregação, pois aumenta a sociabilidade inter-racial e interclasses reduzindo a desigualdade social, por potencialmente inserir o negro no mercado de trabalho de maneira competitiva capaz de disputar os cargos profissionais mais bem remunerados.

Embora as reformas e expansão do sistema educacional brasileiro tenham trazido avanços, persistem desafios significativos na promoção de uma educação equitativa, com a contínua necessidade de políticas que busquem mitigar disparidades e promover acesso igualitário ao ensino superior no país (Ribeiro, 2011).

Nas últimas três décadas, observou-se uma evolução importante, mas ainda distante do ideal, quanto ao acesso do jovem negro de 18 a 24 anos à universidade. Os dados totais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) apontam que, em 1993, apenas 1,5% dos jovens negros estavam na universidade, contra uma proporção de 7,7% dos jovens brancos. Em 2002, a proporção salta para 3,8% de negros e 15% de brancos.

Oliveira (2018), ao tratar da situação educacional paulistana, já havia designado a grande diferença de níveis de ensino entre brancos e negros (Oliveira, 2018, p. 201). Em termos percentuais, com base em dados de 2000, no total de 1644.336 pessoas no ensino fundamental, a maior frequência dos níveis apresentados, havia 62,2% de brancos e 35,6% de negros. Ademais, quando se sobe nos níveis de ensino, verifica-se que sempre os brancos predominam, ou seja, no nível médio, há 66,72% de brancos e 30,68% de negros. Já nos cursos superiores, na graduação são 84,56% de brancos e 102,2% de negros. Isso se acentua mais ainda na pós-graduação, mestrado ou doutorado, 87,21% são brancos e 0,66 % são negros.

Com base na PNAD Contínua de 2005, apenas 5,5% dos jovens negros, entre 18 e 24 anos, estavam na universidade e, em 2015, esse percentual salta para 12,8%. Comparativamente aos jovens estudantes brancos, os percentuais são bem diferentes: em 2005, estavam na universidade 17,8% jovens negros; já em 2015 são 26,5%. O crescimento do número de alunos negros, em termos relativos, foi maior do que o de brancos, o que evidencia a eficácia das políticas públicas para o acesso ao ensino superior, contudo ainda distante dos alvos pretendidos. Entre a população brasileira com 25 anos ou mais (cerca de 130 milhões de pessoas), a PNAD de 2016 mostra que 15,3% haviam concluído o ensino superior. Entre a população negra, somente 8,8% tinham nível superior e, para os brancos, o índice chega a 22,2%. Na região Sudeste, 25,6% dos brancos possuem ensino superior, contra 9,0% dos negros. Muitas pesquisas explicitando a desigualdade de oportunidades no Brasil, portanto, têm enfatizado que as variáveis como as de cor ou raça e sexo, são aquelas que mais ajudam a mensurar as desigualdades educacionais (Ribeiro, 2011).

As políticas públicas voltadas ao ensino superior, notadamente a partir de 2003, produziram mudanças no cenário desse nível de ensino, principalmente quando focadas na questão racial. Houve mudanças muito significativas que devem ser destacadas, mas é válido conhecer as condições dessa convivência universitária.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

De acordo com as respostas obtidas nos questionários, os atributos do perfil socioeconômico dos alunos respondentes são: 61,3% de pretos, 37,8% de pardos e 0,9%

de indígenas. A maior parte é feminina (67,1%) e 32,9% são homens. Quanto à orientação sexual, 88,9% se declaram heterossexuais, 5,3% se declaram homossexuais e outros 4,9%, bissexuais. Preponderantemente são cristãos, sendo 29,8% católicos e 27,6% pentecostais ou neopentecostais, e quase um quarto dos respondentes, ou 22,7%, afirmam não terem religião. Quanto à faixa etária, a maioria dos estudantes, ou 59,1%, têm até 24 anos, e os outros 19,1% têm 35 anos ou mais. São majoritariamente solteiros (77,3%) e apenas 17,8% são casados e 23,6% possuem filhos.

Em relação ao local de moradia, a maioria (67,6%) considera ser morador da periferia pobre da cidade de São Paulo; já os outros 32,4% não se consideram moradores de bairros pobres. O tempo de deslocamento diário pela cidade nos trajetos residência-trabalho-universidade é de uma a duas horas para 40% dos alunos; para 33%, o deslocamento é de até uma hora, e para mais de um quarto, ou 27%, o tempo de deslocamento é superior a 2 horas. Pode -se inferir, portanto, que para mais de 67% dos pesquisados o deslocamento para estudar/trabalhar absorve tempo considerável, no mínimo uma hora de suas rotinas diárias e para cerca de 30% deles mais de duas horas, sugerindo trajetos longos e custosos, o que ocorre com moradores de regiões distantes da porção elitizada da cidade.

A maioria dos alunos da amostra (72%) trabalha e a renda mensal da família é de até dois mil reais para um terço dos respondentes; para 41,8% deles, a renda está entre dois e quatro mil reais, e 25% declararam ter renda familiar superior a quatro mil reais por mês. A mensalidade do curso é paga pelo próprio aluno, que também é trabalhador, em metade dos casos; 16,9% têm a mensalidade paga por alguém de sua família, e 5,4% pagam parte da mensalidade e a família complementa a diferença. Já 28,8% dos alunos utilizam de bolsas de estudo (Prouni/empresa onde trabalha) ou financiamento do Fies.

Em síntese, é possível elaborar uma *persona* a partir dos dados amostrais coletados, como tendo as seguintes prevalentes características: mulher, negra, solteira, heterossexual, cristã, jovem com até 24 anos de idade, trabalha e paga a faculdade, tem renda familiar mensal de até três mil reais, mora na periferia pobre da cidade de São Paulo, é o primeiro membro de sua família a ir para os bancos da universidade e não participa de movimentos sociais.

Com o objetivo de identificar o nível de discriminação e da consciência de classe e raça do estudante universitário, foram elaboradas diversas questões no formato da escala Likert, resumidas a seguir.

Em relação ao tema fundante da pesquisa, se o respondente, de forma geral, tiver sido alvo de discriminação ou racismo, há a clara percepção desse fato para mais da metade (56,4%), já outros 32% discordam. E, de forma complementar e paradoxal, a maioria deles (68%) concordam com a interpretação de que a universidade é um espaço inclusivo, pois acreditam que o aluno consegue criar laços de amizade com diferentes grupos sociais, embora 20,9% sejam indiferentes e 11,1% discordem dessa questão. Ou seja, mesmo admitindo sofrerem discriminação, a maioria vê o espaço universitário com condições potenciais de superar o problema. Também a maioria (64%) demonstrou clareza ao discordar da frase: “logo que entrei na universidade me senti como se estivesse em meu próprio bairro, em minha própria casa”, o que indica não se sentirem à vontade na universidade. Sugestivamente há uma parcela de estudantes que considerou a universidade como espaço de negros, ou seja, supõe-se aqui uma reação afirmativa do direito de todos à vida acadêmica, incluindo os negros, e, por outro lado, tal afirmação pode representar uma negativa na apreensão de serem rejeitados ou discriminados. Como houve cerca de 32,0% que negaram a assertiva de que a universidade é espaço de negros, isso pode indicar que têm certeza de que a universidade é para brancos. Corroborando esse último dado, um terço dos alunos concordam com a afirmativa “por estar na universidade, local tradicionalmente ocupado por brancos, percebo ainda mais os conflitos raciais”. Mesmo percebendo tais conflitos, 60,4% dos alunos negros se sentem respeitados dentro da universidade, contra uma minoria de 9,8% que se considera desrespeitada. Uma hipótese para a negativa da percepção sobre hostilidades ou discriminação racial no ambiente acadêmico pode ser a dificuldade de assumir a própria fragilidade de reagir a pressões, o que acontece muitas vezes aos trabalhadores espoliados que se negam a reconhecer tal exploração pelos patrões como atitude defensiva de autoestima (Souza, 2024).

Em direção aos alvos pretendidos da pesquisa em conhecer as expectativas desses jovens universitários negros, de forma promissora, para mais da metade dos entrevistados (54%), a universidade possibilitou desenvolver a consciência de raça e de cidadania. O

percentual é ainda maior em relação ao curso escolhido, pois 75,1% concordam que o seu curso possibilitou o desenvolvimento de maior consciência social e de raça, mesmo que grande parte (65%) não o tenha escolhido especificamente para superar a discriminação que sofre, enquanto pequena parcela deles (15,1%), afirmam que tiveram essa intenção. Quando à questão que diz respeito ao futuro, a maioria, 65,7% dos alunos concorda que, depois de formados, sua condição socioeconômica como cidadãos negros será bem melhor do que é na atualidade; apenas 15,2% discordam dessa questão e outros 19,1% mostraram-se indiferentes.

Outro aspecto importante é o que relaciona a universidade ao trabalho. Assim, quando o aluno foi exposto à afirmação de que o curso superior possibilita a oportunidade de trabalhar em lugares/empresas nos quais poderiam ser criados laços de amizade com grupos sociais diferentes, a concordância foi de 72,5% e apenas 8,4% discordaram. Na sequência, uma questão aborda o fato de a universidade proporcionar maior e melhor expectativa de vida social e profissional, e quase todos os respondentes concordam com essa formulação. Para o perfil de aluno aqui estudado, a universidade é o ponto de fuga para um futuro melhor. Cerca de 55% dos alunos concordam que se sentem respeitados na empresa onde trabalham e possuem as mesmas oportunidades de crescimento profissional que os demais colegas de trabalho, independentemente da cor da pele; 19,6% se disseram indiferentes e 25% discordam, ou seja, não se sentem respeitados e não possuem as mesmas oportunidades que os demais colegas de trabalho não negros.

O conjunto de respostas descritas a seguir configura-se como um dos pontos centrais desta pesquisa ao abordar o orgulho de ser negro, a consciência racial e demais questões em torno da ideologia racial. Mesmo com todas as adversidades, quase todos os alunos (94%) sentem orgulho de suas origens negras. Ao lhes ser apresentada a afirmação “Ser negro é uma condição de luta constante pela conquista e preservação de direitos”, 77,3% concordam, 12% são indiferentes e 10,7% discordam.

Pouco mais da metade (55,5%) dos estudantes negros aceitam que a “ideologia e a forma de vida do indivíduo branco e rico não exercem domínio sobre sua maneira de viver, agir e pensar”. Já 27,2% demonstram ser mais críticos ao discordarem da frase citada, pois entendem que o branco rico influencia o modo de vida e a cultura da população negra. De forma instigante, 60% dos alunos aceitam que, em função de sua origem social, condição

econômica e local de moradia, precisam se esforçar mais do que os outros alunos que possuem condições socioeconômicas e de moradia melhores. São indiferentes a essa questão, 16,9% e quase um quarto dos respondentes (23,1%) discordam de tal ideia.

A parcela dos indiferentes (em torno de 15 a 20% em várias das respostas) merece um olhar atento que possibilite uma interpretação sobre o significado dessa atitude. Não admitir que a universidade possa trazer benefícios à inserção futura no mercado de trabalho, ou que a universidade é majoritariamente espaço de brancos, ou que não se sente desrespeitado, nem discriminado na faculdade ou no trabalho, que não sente orgulho por sua ancestralidade, pode representar ceticismo, desânimo e desesperança em segmento dessa juventude, um sinal de alerta para ações afirmativas e de apoio serem mais efetivas ou, ainda, indica, possivelmente, pouco interesse no valor da pesquisa que respondeu sem qualquer empenho, ou medo de exposição em ambiente hostil. De qualquer forma, justifica ser notada e avaliada essa atitude.

Sobre tais aspectos, muito ilustrativa é a fala de uma estudante negra universitária que em sua graduação em uma cidade do México, surpreendeu-se a ressignificar sua vivência do racismo, quando em contato com a antropologia, no caso.

Permiti-me questionar a mim mesma e complementar uma série de reflexões que seguem vivas e me movimentando no caminho da superação das ideias cristalizadas socialmente sobre o que, como e até onde posso ir (Rodrigues, 2020, p. 99).

Este depoimento revela que o contato com disciplinas conscientizadoras pode trazer grandes avanços de autoconhecimento aos estudantes de ciências humanas, e nesse sentido, acredita-se aqui que a sociologia possa ter o mesmo efeito. O seguinte depoimento da mesma fonte sugere problemas anteriores, ao agradecer aos docentes da época:

Sentir-me capaz de compartilhar o que estava pensando sobre as propostas de debate foi algo novo para mim, que sempre preferi calar. O silêncio sempre nos foi subjetivado como única possibilidade perante um mundo baseado epistemologicamente na aceitabilidade do racismo, do sexismo, do machismo e da idolatria da normatividade branca, heterossexual e cisgênera (Rodrigues, 2020, p. 100).

De forma sintética e sob o viés de consciência racial e social, as características prevalentes da amostra (embora alguns dados estejam bastante divididos), indicam um aluno consciente de que:

- Sofre racismo, mas sente orgulho de suas origens negras;
- Ser negro é lutar cotidianamente por direitos;
- Precisa se esforçar mais do que os outros;
- O branco e rico não exercem domínio sobre sua maneira de viver, agir e pensar;
- A universidade é um espaço inclusivo que possibilita o desenvolvimento de sua consciência de raça e cidadania, embora até então fosse um território desconhecido para ele e para sua família;
 - A universidade/curso é o caminho para melhorar de vida e, a partir disso, é possível se relacionar com grupos sociais diferentes;
 - Sente-se respeitado e não sofre discriminação na empresa em que trabalha (pouco mais da metade);
 - A universidade possibilitou desenvolver um sentimento de pertencimento ao local onde mora e, principalmente, ampliou à cidade de São Paulo.

4.1 Subamostras

A análise dos dados extraídos dos 225 questionários evidenciou duas subamostras, ou subgrupos, que são detalhadas a seguir. A primeira subamostra diz respeito ao fato de os alunos participarem ou não de movimentos sociais; a segunda, por tipo de IES que o aluno frequenta: popular (Unicid, Unisa, Unib, Unip), ou elitizada (ESPM, Cásper Líbero, Belas Artes, PUC-SP).

Para efeito de aprofundar a análise das especificidades do ensino superior em seu estrato privado e a questão da inserção de estudantes negros, pretende-se abordar brevemente a subamostra I, para dedicar maior densidade na subamostra II, a comparação entre alunos do segmento elitizado e das chamadas universidades populares.

Subamostra I: alunos participantes de movimentos sociais

Essa subamostra é composta por 35 alunos que participam de movimentos sociais, dos quais 18 estudam em IES do tipo elitizada e os outros 17 alunos estão em instituições populares. Dessa amostra de 35 alunos, 17 são os primeiros membros de sua família a ingressar na universidade. Para a análise da subamostra, foram selecionadas as questões transcritas a seguir:

1. A universidade é um espaço inclusivo, pois consigo criar laços de amizade com grupos sociais diferentes do meu.
2. A universidade é um mundo de pessoas brancas.
3. Por estar na universidade, local tradicionalmente ocupado por brancos, percebo ainda mais os conflitos raciais.

As respostas dadas pelo grupo de 35 alunos às questões selecionadas foram comparadas às respostas do grupo dos 190 alunos que não participam dos movimentos sociais.

A primeira comparação é sobre a questão 1, “A universidade é um espaço inclusivo, pois consigo criar laços de amizade com grupos sociais diferentes do meu”. Conforme apresentado no Gráfico 1, a correlação linear é similar entre os dois grupos, contudo as respostas dos alunos dos movimentos sociais têm uma correlação um pouco mais acentuada, o que demonstra maior concordância com a ideia de que a universidade é um espaço inclusivo.

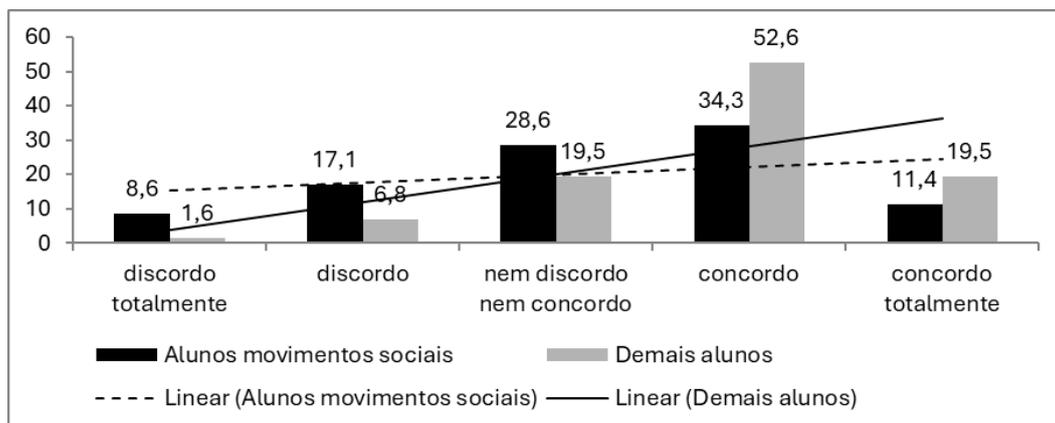


Gráfico 1 - A universidade como espaço inclusivo - alunos participantes de movimentos sociais x não participantes (em %)
 Fonte: Tineu (2019).

O Gráfico 2 apresenta os dados comparativos entre os dois grupos em relação à questão 2, “A universidade é um mundo de pessoas brancas”. Aqui a correlação é totalmente oposta entre os dois grupos. Enquanto o grupo de alunos participantes de movimentos sociais tende a concordar com a afirmativa, o posicionamento dos demais alunos vai no sentido oposto, o de discordância, ou seja, não percebem a universidade como um espaço de pessoas brancas.

Talvez a discordância desse grupo de alunos possa ser explicada pelo fato de a maioria dos alunos da amostra estudar nas IES populares e por algumas delas estarem localizadas na periferia, ou atenderem especificamente esse público, o que diminui a percepção de que a universidade é um espaço de brancos, ou pelo menos é um espaço de mescla entre os vários grupos raciais, muito embora isso não se apresente no grupo de professores, que é eminentemente composto por pessoas brancas.

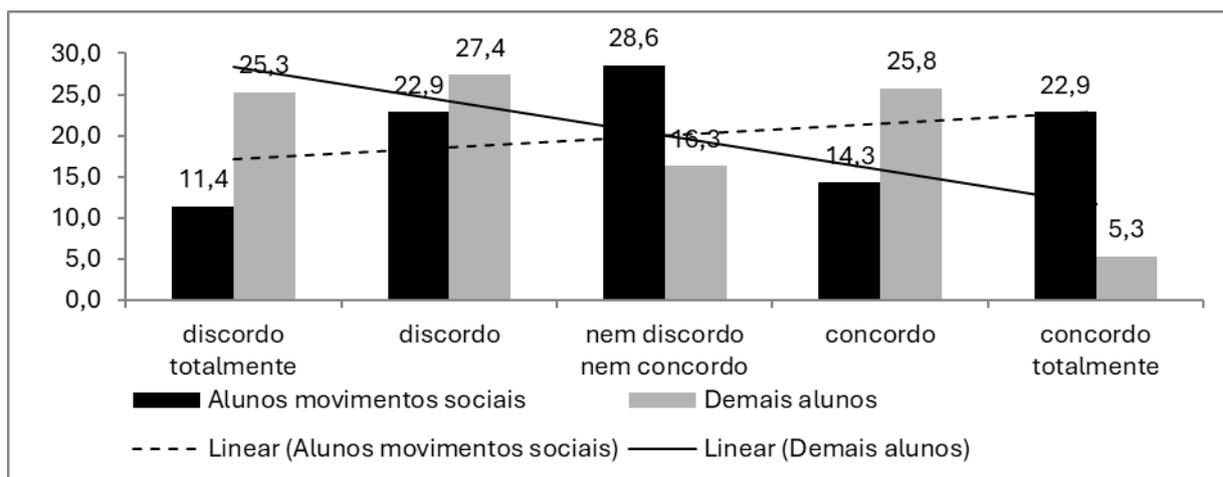


Gráfico 2 - A universidade é um mundo de pessoas brancas - alunos participantes de movimentos sociais x não participantes (em %)

Fonte: Tineu (2019).

Os dados relativos à questão 3, “Por estar na universidade, local tradicionalmente ocupado por brancos, percebo ainda mais os conflitos raciais”, apresentados no Gráfico 3, mostram uma correlação linear positiva ou de concordância dos alunos dos movimentos sociais sobre a assertiva de que a universidade é um espaço de conflitos raciais. Em contrapartida, os demais alunos estão equilibrados em suas respostas. É possível afirmar que a maioria dos alunos da amostra concorda com a assertiva.

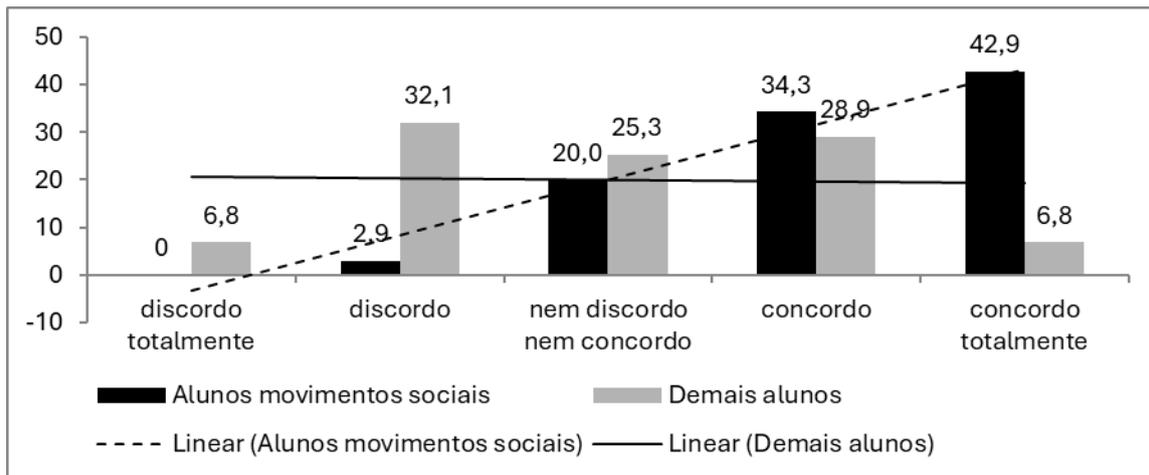


Gráfico 3 - A universidade como espaço de conflitos raciais - alunos participantes de movimentos sociais x não participantes (em %)
Fonte: Tineu (2019).

4.2 Subamostra II: comparação por tipo de IES que o aluno frequenta

Importante considerar que a análise da subamostra anteriormente tratada traz iluminações sobre este item, complementando aspectos comparativos entre os segmentos pesquisados.

Essa subamostra é composta por 40 alunos que estudam nas escolas elitizadas, dos quais 28 são bolsistas. A comparação se dá considerando este grupo de 40 alunos das IES elitizadas *versus* os demais 185 alunos das instituições populares.

Para a análise da subamostra por tipo de IES, foram selecionadas as mesmas questões da subamostra anterior, as de número 1, 2 e 3 e também aspectos ligados a indicadores de atitudes conservadoras, como religião e orientação sexual.

O Gráfico 4, sobre a universidade como espaço inclusivo (questão 1), mostra que os alunos das IES populares têm maior concordância sobre tal afirmativa. Já o grupo de alunos que estudam nas IES elitizadas demonstram um grau de concordância menor, embora a correlação linear para ambos os grupos seja similar.

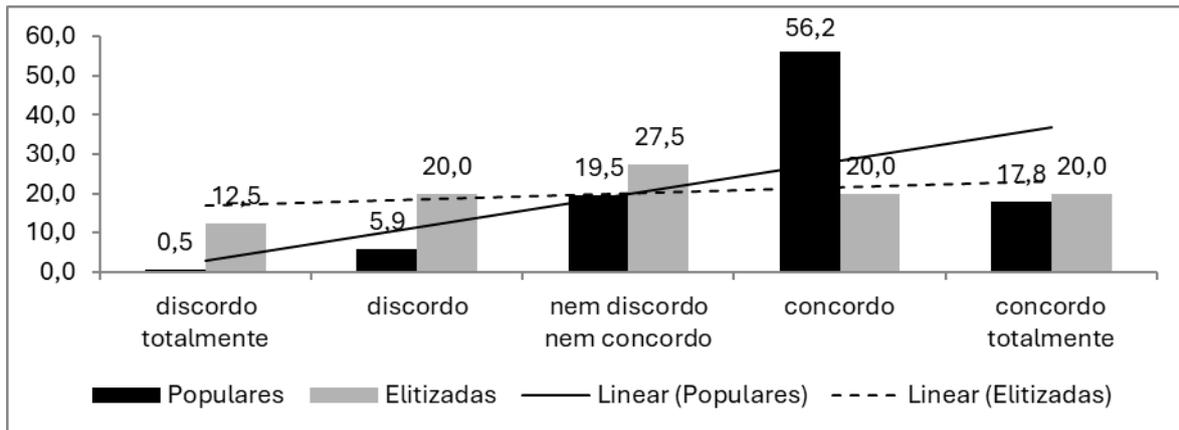


Gráfico 4 - A universidade como espaço inclusivo - alunos das universidades populares x elitizadas (em %) Fonte: Tineu (2019).

O Gráfico 5 refere-se à questão 2, sobre a afirmativa de que a universidade é um mundo das pessoas brancas. Aqui as linhas da correlação linear são opostas: os alunos das IES elitizadas concordam com a afirmativa, enquanto os alunos das IES populares discordam. Isso deve ocorrer pelo fato de nas IES elitizadas a população de alunos negros ser muito pequena em função do alto valor das mensalidades, evidenciando, assim, a minoria negra. Nas universidades populares, os preços das mensalidades são menores, não servindo, necessariamente, como filtro socioeconômico.

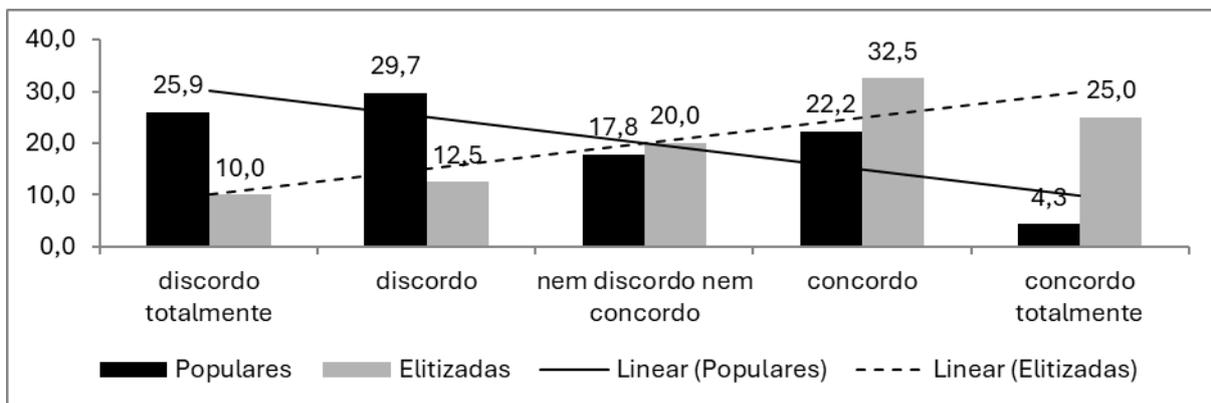


Gráfico 5 - A universidade é um mundo de pessoas brancas - alunos das universidades populares x elitizadas (em%) Fonte: Tineu (2019).

Sobre a assertiva de que a universidade é local tradicionalmente ocupado por brancos, o que geraria ainda mais conflitos raciais (questão 3), o grupo de alunos das IES elitizadas, em sua maioria (75%), concorda com ela, conforme exposto no Gráfico 6. Porém

o grupo de alunos das IES populares está dividido: se, por um lado, 38,9% discordam, outros 35,1% concordam que a universidade é um espaço de conflitos raciais.

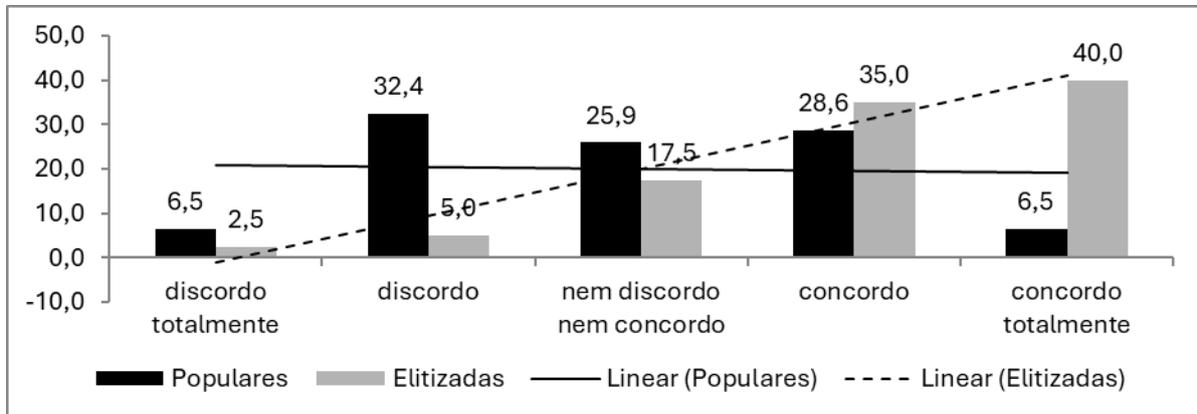


Gráfico 6 - A universidade como espaço de conflitos raciais - alunos das universidades populares x elitizadas (em %)
Fonte: Tineu (2019).

De qualquer maneira, pode-se deduzir que, para ambos os grupos, o convívio entre brancos e negros na universidade gera algum tipo de tensão ou conflito racial, ainda mais quando os alunos negros não se veem representados por um corpo docente majoritariamente branco.

Buscando analisar aspectos conservadores na subamostra, foram consideradas a orientação sexual e a religião, por tipo de IES. Continuou-se com o grupo de 40 alunos que estudam nas escolas elitizadas, em comparação ao grupo de 185 alunos das instituições populares. Houve uma nítida separação quanto à orientação sexual, pois dentro desta subamostra declararam-se proporcionalmente mais alunos homossexuais e bissexuais (22,5%) em comparação aos alunos das faculdades populares (7,5%). Outro importante indicador é a religião. Os dados comparativos mostram que nas IES elitizadas o número de alunos que se declaram “sem religião” /ateus chega a 52,5%, e nas escolas populares o percentual não chega a 18%. Em contrapartida, quase 71% dos alunos das instituições populares se declaram cristãos (católicos, pentecostais, neopentecostais e protestantes), contra 32,5% dos alunos das elitizadas. Observou-se que no item “religiões de matriz afro”, os alunos que professam essas religiões são proporcionalmente quase o dobro nas IES elitizadas em relação às populares. Em contrapartida, os kardecistas são mais que o dobro nas populares, comparativamente aos alunos das IES elitizadas.

Estes aspectos careceriam de um olhar mais aprofundado do ângulo da religiosidade dos estratos populares, mas pode-se inferir que, no conjunto da pesquisa, os alunos das IES populares são aparentemente mais conservadores, mais afetos a comunidades religiosas como espaços de socialização combinando sensação de segurança simbólica e material, ainda que muitas com orientação individualista baseada na lógica de mercado e na ideologia do mérito, particularmente entre os pentecostais, como já apontado por estudiosos da questão. Este grupo é composto por 185 alunos e somente 18 participam de movimentos sociais, partidos políticos ou coletivos, o que representa 9,5%. Na outra ponta, estão os 40 alunos que compõem o grupo das faculdades elitizadas e, desses, 17 participam de movimentos sociais, ou 42,5%.

A questão do racismo, é mais forte entre as universidades elitizadas, pela seletividade de mensalidades e pelo reconhecido traço de algumas elites reagirem, de maneira geral, à coexistência com os diferentes. Além disso, nas elitizadas, a população negra é minoria frente a um público mais homogêneo quanto ao nível socioeconômico e superior e, por vezes, com comportamento supremacista. Ocorrem diversos casos de racismo dentro das universidades⁴. Com o grupo das IES populares, o corpo discente, mesmo com alguma heterogeneidade, se aproxima no nível socioeconômico, pois a maioria dos alunos são trabalhadores. Ademais, essas universidades ou se localizam nas periferias ou próximas às estações do Metrô, facilitando o acesso trabalho-universidade-casa para cursos noturnos e casa-universidade-trabalho nos cursos matutinos.

O convívio entre brancos e negros de maneira mais equânime reforça os vínculos sociais não só na universidade e no ambiente de trabalho, mas serve como uma espiral positiva por toda a sociedade. Essa direção pode ampliar-se até gerações futuras, mesmo que isso acabe criando pontos de tensão e discriminação racial, problemas tais que exigem ser combatidos exaustivamente. Identificou-se que os conflitos raciais ocorrem com maior incidência nas IES elitizadas do que nas populares, já que nas primeiras a população negra é minoria frente a um público mais homogêneo, de nível socioeconômico superior e, por vezes, com comportamento de supremacia. Com o grupo das IES populares, o corpo discente é heterogêneo no quesito raça-classe, além do fato delas se localizarem quer nas periferias ou próximas das estações de Metrô, facilitando o acesso no trajeto trabalho-

universidade-casa para os cursos noturnos ou casa-universidade-trabalho nos cursos matutinos, fato é que a maioria desses alunos também é trabalhadora.

No espaço universitário do debate, das trocas culturais e simbólicas, destaca-se que é o local pleno de relações de alteridade, de conhecer e aproximar do outro. Também se notabiliza como espaço histórico das lutas sociais, políticas e ideológicas, portanto, a universidade é o espaço da sociabilidade e do conflito. Em virtude do racismo, a experiência da sociabilidade se faz de forma complexa. Contudo, se a universidade, até o início dos anos 2000, era um espaço quase exclusivo de brancos, essa realidade se modificou por meio das políticas públicas e ações afirmativas implantadas pelo governo Lula no período 2003-2010, como também vêm se desenvolvendo atualmente, na gestão 2023-2026. Os negros chegam não só às universidades privadas mais populares, mas também às universidades públicas por meio de cotas e às privadas mais renomadas e elitizadas por meio do Prouni, Fies ou ainda, como são estudantes-trabalhadores, algumas empresas pagam o curso superior. Portanto, reconhecem-se os avanços, como dito, e que novas abordagens ainda são necessárias e bem-vindas para compreender os alcances e limites.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, houve significativo aumento de jovens negros nos ambientes acadêmicos. Esta nova realidade, por outro lado, fez surgirem pontos de tensão racial nos espaços tradicionalmente ocupados pelos brancos, como é o caso da universidade. Por um lado, a hostilidade do branco racista que, de maneira autoritária, picha nos muros das universidades que ali “não é lugar de preto, lugar de preto é no presídio”, do outro lado há a reação dos coletivos negros que lutam contra o racismo e por direitos para o negro deixar de ser “negro” e passar à condição de “homem negro”, conforme explica Frantz Fanon (2020), adquirindo a condição de ter seu par dialético, Eu e o Outro, não mais numa condição de submissão e subalternidade, e sim de igualdade, mesmo que seja por meio da contradição que levará a uma nova síntese.

Independentemente da classe social, a ascensão do negro é obstruída pelo racismo, conforme apontado por Fernandes (2008), Hasenbalg (2005), Nascimento (2017),

Munanga (1996), Silva (2000), Moura (2014) e Guimarães (2002). A investigação aqui elaborada identifica significativa evolução do acesso do negro à universidade brasileira, porém a pesquisa de campo obteve informações que mostram o negro ainda sentir a força do racismo nesse novo espaço. Evidencia-se que somente a educação superior não é suficiente para romper a barreira da discriminação e da relegação. Há necessidade de maior engajamento educacional e político, até porque nesta pesquisa identificou-se um baixo envolvimento dos alunos entrevistados com movimentos sociais, coletivos ou partidos políticos.

Esse é o contexto em que a educação, associada aos movimentos antirracistas e às lutas políticas, promoverá mudanças efetivas. Talvez essa seja a transformação mais assustadora àqueles que vivem de vantagens e herança, por estarem organizados e protegidos por um sistema social e racial hierarquizado. Assim, a universidade é um espaço de liberdade de ideias e de transformação que proporciona ao jovem negro as condições mínimas para a reflexão sobre sua realidade, produzindo efeitos que levem à consciência de raça e classe necessárias para que ele reivindique seus direitos e exerça seu protagonismo social, na educação e no trabalho.

A sociabilidade produz uma nova condição e oportunidade de convívio multirracial, de como romper as amarras criadas pelo racismo. Segundo a visão de Bourdieu (2015), discriminação é uma estrutura estruturante das sociedades na medida em que mantém intacta a desigualdade e a segregação socioespacial de um lado e os privilégios do outro. O racismo é, portanto, uma estrutura naturalizada na qual se utilizam subterfúgios justificadores para que negros tenham renda menor que os brancos, não exerçam determinadas profissões que são tipicamente de brancos e vivam segregados nas periferias pobres. Desnaturalizar o racismo significa desmontar as estruturas sociais, culturais e econômicas que determinam as condições de vida, o local de moradia, o tipo de trabalho, e o afastamento das mais qualificadas escolas. É, ainda, transformar o campo simbólico, quebrando os estereótipos ligados ao negro, seja o do subempregado, do trabalhador braçal, do serviçal ou da empregada doméstica. Aqui cabe frisar que não há demérito algum para com aqueles que desempenham tais atividades atualmente tão precarizadas.

Retomando a pesquisa de campo, apurou-se que a maioria dos entrevistados concorda com a ideia de que o curso em que estão matriculados desenvolveu sua consciência de raça, classe e de cidadania e, para metade deles, a universidade como um todo exerceu esse papel. Ainda de acordo com essas informações coletadas, os alunos negros com maior participação em movimentos sociais são aqueles que estudam em escolas elitizadas de maioria branca, parecem ter maior consciência das questões raciais e de classe, ou clareza da discriminação e dos conflitos, portanto tornam-se mais críticos e aguerridos em seus posicionamentos teóricos e políticos. Uma hipótese do não envolvimento em movimentos sociais pode advir dos ideais neoliberais que envolvem parte significativa da sociedade, ideais que se materializam no individualismo, no sucesso individual (*self made man*), do ‘faça você mesmo’, da máxima “se não tem emprego, empreenda”, ou pior, “você é pobre e mora na periferia, porque não se esforçou o suficiente” (Dardot; Laval, 2016). Um dos traços mais fortes desse neoliberalismo é, sem dúvida, tratar o Estado como uma empresa, atingindo as subjetividades, pois cada indivíduo deve enxergar-se como uma empresa. Essa forma de pensar e agir descarta e menospreza as ações coletivas, o pensamento de classe, as políticas públicas, a rede de proteção legal e social, por fim, deslegitima os movimentos sociais.

A universidade, de forma geral, amplifica a consciência racial e o aspecto de cidadania desse estudante negro e mostra a ele a contradição entre o naturalizante discurso elitista/racista vis à vis a segregação e desigualdade a ele impostas. Se a universidade gera expectativa de uma vida melhor no futuro, de que é possível sonhar com conquistas econômicas e sociais, e ser respeitado. Por outro lado, acaba por desmascarar os conflitos e contradições sociorraciais.

Sobre a superação, tanto do racismo quanto também do papel do negro como objeto de estudos e pesquisas e, já encaminhando para a conclusão deste artigo, retomam-se as posições interseccionais recomendadas por Collins e Bilge (2020) que convergem e dão força à significativa expressão de Rodrigues (2020) e, com ela, firmamos esta posição combativa e promissora de autoconsciência, de crítica e de práxis:

Superar o olhar de *negro tema* (RAMOS, 1995) direcionado a nós, futuros cientistas sociais, antropólogas/os, sociólogas/os e cientistas políticas/os negros/ as/es é uma tarefa urgente que não se realiza somente com a nossa presença nos espaços acadêmicos e outros onde atuamos nesta

profissão, mas por meio de uma desconstrução desse olhar racista que define qual o nosso lugar nas teorias e práticas sociais. Marilyn Strathern (2014) trata sobre como a auto antropologia no debate é falar do extremo da aproximação, um exercício de alteridade desde si mesmo (Rodrigues, 2020, p. 108).

Sendo assim, a entrada de negros nas universidades gera alguma forma de conflito racial, o que não poderia ser diferente, já que a universidade tem representado uma extensão da sociedade brasileira elitista e racista e se configura como reflexo de hierarquização social e de relações discriminatórias. Combinam-se, portanto, um dos traços marcantes da cultura sociopolítica nacional que é o autoritarismo/mandonismo com o patriarcalismo racista, revelando a face ideológica para manter privilégios. De fato, racismo e autoritarismo são duas faces da mesma moeda. A universidade não pode ser presa de uma discutível imparcialidade científica, mas sim denunciar as diversas formas de opressão que se escondem sob discursos pseudo-acadêmicos. O espaço universitário é pleno de vida e contradições, nas quais qualquer tipo de ofensa racial ou discriminação é potencializada/discutida por relações sociopolíticas mais intensas; e onde são postos à prova os processos segregacionistas e hierarquizados que, assim, sofrem maior resistência para serem mantidos, à luz do debate teórico e contra hegemônico. Houve avanços, mas insuficientes. São necessárias forças sociais a se envolverem nessa conquista de uma educação crítica, vigorosa, transformadora e que, sobretudo, só será democrática se for antirracista.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa (orgs.). **Epistemologias e metodologias negras, decoloniais e antirracistas**. Porto Alegre: Rede UNIDA; 2020.

ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades**. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: UNESP/CEM, 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n.1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia H; BILGEN, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação; CUNHA, Maria Amália de Almeida. Escolha ou destino? a influência intergeracional na vida de jovens egressos do ensino médio. **Revista Contemporânea de Educação**, n. 2, ago/dez. 2011.

DANTAS, Sylvia D.; FERREIRA, Lígia; VERAS, Maura P. B. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. **Revista USP**, Dossiê Interculturalidade, v. 114, jul/ago/set, 2017.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **40 ideias sobre periferia**. História, conjuntura em Pós-pandemia. São Paulo: Dandara, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: UBU, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. v. 1. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Círculo do Livro/Livraria José Olympio, 1975.

GONZÁLEZ, Lélia. A categoria político-cultural de Amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, L. A. *et al.* **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, n. 2, p. 223-244, 1983.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: 34, 2002.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna, uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 24. ed. São Paulo. Loyola, 2013.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo. Martins Fontes, 2014.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

KILOMBA, Grada. A máscara. **Cadernos de Literatura e Tradução**, São Paulo, n.16, p.171-180, 2016.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente. *In*: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades**. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Unesp, 2015. p 164-189.

- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. 2. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, Anita Garibaldi, 2014.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp, 1996.
- MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ações afirmativas e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, 2005-2006.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro no Brasil: processo de um racismo mascarado**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Territorialidade Negra e segregação racial na cidade de São Paulo**. A luta pela cidadania no século XX. São Paulo: Alameda, 2016.
- OLIVEIRA, Reinaldo José. Novos e antigos cenários da segregação e as desigualdades da população negra em São Paulo. *In*: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (org.). **Desigualdades urbanas, Segregação, Alteridade e Tensões em Cidades Brasileiras**. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p 189-210.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RAMOS, Guerreiro. **Patologia Social do Branco Brasil. Introdução crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995. p. 215-240.
- RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Dados**, v. 54, p.41-87, 2011.
- RIBEIRO, Carlos A. Costa; SCHLEGEL, Rogerio. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil (1960 a 2010). *In*: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades**. Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Unesp, 2015. p. 133-162.
- RODRIGUES, Aline de Moura. Potências auto antropológicas: reflexões de uma estudante negra sobre teorias antropológicas contemporâneas. *In*: ALVES, Miriam C.; ALVES, Alcione. **Epistemologias e metodologias negras, decoloniais e antirracistas**. Porto Alegre: Rede UNIDA; 2020. p. 99-109.
- ROLNIK, Raquel. **“Cada um no seu lugar! “São Paulo, início da industrialização: geografia do poder**. 1981. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, Cadernos Cândido Mendes, n. 17, setembro de 1989.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei. Legislação, Política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo. Studio Nobel, 1997.

SANTOS, Milton: **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Milton: **Metrópole Corporativa fragmentada: o caso de São Paulo.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, Maria Nilza da. O negro no Brasil: um problema de raça ou de classe? **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 2, p. 99-124, jul./dez. 2000.

SILVA, Maria Nilza: **Nem para todos é a cidade:** segregação urbana e racial em São Paulo. São Paulo/Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SEMESP. Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2015.** São Paulo: Convergência Comunicação, 2015.

SMPIR. Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial. **Igualdade racial em São Paulo:** avanços e desafios. São Paulo: Secretaria Municipal de Promoção e Igualdade Racial do Município de São Paulo, 2015.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo construiu o Brasil.** São Paulo: Estação Brasil, 2016.

SOUZA, Jessé. **O pobre de direita:** a vingança dos bastardos. São Paulo: Estação Brasil, 2024.

SOUZA, Maria Adélia A de *et al.* (org.). **Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo.** São Paulo: CEDESP, 1999.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2014.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças:** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, (1993) 2012.

TELLES, Edward. **Racismo à Brasileira:** uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará e Fundação Ford, 2003.

TINEU, Rogério. **Os jovens negros e universitários moradores da periferia da cidade de São Paulo:** expectativas, conflitos e contradições. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Racismo à brasileira: uma análise das ressonâncias espaciais na configuração das periferias urbanas. desigualdade e segregação em São Paulo. **Revista Latitude**, v. 17 n. 1, p. 30-56, jan-jul. 2023.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. A produção da Alteridade na Metrópole: desigualdade, segregação e diferença em São Paulo. *In:* DANTAS, Sylvia (org.). **Diálogos Interculturais.**

Reflexões interdisciplinares e intervenções psicossociais. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2012. p. 57-82.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998, Segregação, 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre a cidade brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo, Segregação urbana e Desigualdade. **Revista de Estudos Avançados USP**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-52, jan-abril, 2011.

NOTAS:

¹ Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas, certificado junto ao CNPq, desde 1983.

² As políticas citadas visando a inclusão de segmentos da pobreza e racialmente desfavorecidos como políticas afirmativas merecem também uma discussão maior no sentido da equidade e real alcance e efeitos.

³ Um item Likert é apenas uma afirmação à qual o sujeito pesquisado responde por meio de um critério que pode ser objetivo ou subjetivo. Normalmente, o que se deseja medir é o nível de concordância ou não concordância com a afirmação. Usualmente são empregados cinco níveis de respostas, apesar de alguns pesquisadores preferirem usar sete ou mesmo nove níveis.

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/policia-indicia-aluno-da-fgv-que-disse-que-encontrou-escravo-no-fumodromo-por-racismo.ghtml>. Acesso em: 4 dez. 2024.

Recebido em: 23/06/2024

Aprovado em: 16/12/2024

Publicado em: 31/03/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.